



4º SIMULADO
PARA 1ª FASE

XXXIII

EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-OAB-11-09>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

ÉTICA PROFISSIONAL

Priscila Ferreira

Questão 1

Dra. Paty é advogada de Marcola, diante de mais uma acusação da prática de crime hediondo. Contudo, no curso do processo penal, expediu-se mandado de busca e apreensão no escritório de Dra. Paty, sob a alegação de a advogada ser partícipe no crime.

Nesta situação, assinale a alternativa correta, acerca da competência para a designação do representante da OAB no cumprimento da decisão judicial que determinar a busca e apreensão.

- a) A competência é do Conselho Seccional onde se localiza o local de trabalho da advogada.
- b) A competência é do Conselho Federal, quando envolver a prática de crime pelo advogado.
- c) Quando a decisão judicial, que determina a busca e apreensão, abranger o território de mais de um Conselho Seccional, a competência será do Conselho Federal.
- d) A competência é da subseção correspondente de onde se localiza o local de trabalho da advogada.

Questão 2

O desagravo público é um procedimento formal em que a OAB se vale para mostrar insatisfação e prestar solidariedade a ofensas sofridas por advogado no exercício da profissão. A esse respeito, julgue as assertivas a seguir e assinale a correta, com base no disposto no EAOAB e no RGEAOAB.

- a) O inscrito na OAB, quando ofendido em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, de ofício ou a seu pedido, somente.
- b) O inscrito na OAB tem direito ao desagravo público em caso de ofensa pessoal.
- c) Compete ao Conselho Federal promover o desagravo público quando a ofensa a advogado se revestir de relevância e grave violação às prerrogativas profissionais, com repercussão nacional.
- d) O desagravo público depende de concordância do ofendido.

Questão 3

Dr. João responde processo disciplinar perante o Conselho Seccional de São Paulo. Contudo, o processo envolveu uma grande análise de conjuntos probatórios trazidos, o que já faz o advogado aguardar há mais de quatro anos para o julgamento.

Inconformado com a demora na solução do processo disciplinar, o advogado pretende alegar a prescrição intercorrente, sob o argumento de paralisação do processo para julgamento.

Acerca da prescrição intercorrente no processo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição intercorrente é inaplicável nos processos disciplinares.
- b) O advogado poderá alegar a prescrição intercorrente, quando o processo ficar paralisado para julgamento, por mais de três anos.
- c) O advogado poderá alegar a prescrição intercorrente, quando o processo ficar paralisado para julgamento, por mais de cinco anos.
- d) Não cabe a parte alegar a prescrição intercorrente, sendo cabível apenas o reconhecimento de ofício pelo órgão julgador.

Questão 4

O advogado Zangão está atuando em determinada ação trabalhista de grande repercussão na mídia, em que atua em prol da trabalhadora, Carla Peres, dispensada por justa causa de uma emissora de televisão. Contudo, em sede de audiência, o advogado, em nome da constituinte, mas sem sua autorização, imputou a ré a prática de um crime que culminou na rescisão por justa causa do contrato.

Inconformada com a situação criada pelo advogado, a cliente dirigiu-se à OAB para fins de instaurar um processo disciplinar. Nesta situação, caso condenado, o advogado poderá ser apenado em

- a) Censura.
- b) Suspensão.
- c) Cancelamento.
- d) Multa, somente.

Questão 5

Dra. Priscilinha, recém aprovada no exame de Ordem, recebeu o seu primeiro cliente no escritório, já conseguindo fechar a contratação de seus serviços advocatícios em sede de uma ação civil a ser proposta por ela. Contudo, nada foi pactuado acerca dos honorários advocatícios a serem cobrados, o que culminou na necessidade de arbitramento judicial, já que o cliente não concordou com os valores por ela apontado, a posteriori.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A tabela de honorários, fixada pela OAB, não é relevante para essa forma de fixação de honorários.
- b) Os honorários serão fixados em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão.
- c) Os honorários serão arbitrados pelo magistrado livremente, e sem parâmetros legais a serem observados.
- d) Os honorários serão arbitrados pelo magistrado conforme o valor econômico da questão, hipótese em que poderão ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.

Questão 6

Alessandro Sanchez, advogado societário, foi acometido por doença mental incurável e, conseqüentemente, após o devido processo legal, foi considerado incapaz por sentença judicial.

Nos termos das regras estatutárias, a inscrição do advogado será

- a) suspensa até laudo médico sobre a doença portada.
- b) cancelada diante da incurabilidade da doença.
- c) suspensa temporariamente para avaliação pelo Conselho Seccional.
- d) extinta, após análise realizada pelo Conselho Federal.

Questão 7

Jucélia comparece no Fórum Trabalhistas da Barra Funda em São Paulo/SP, quando é informada que a audiência está atrasada em duas horas, em razão do excesso de pautas designadas para aquele dia.

Inconformada, a advogada retira-se do recinto e protocola petição, comprovando que esteve presente, e pedindo a redesignação do ato.

Acerca das prerrogativas dos advogados, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada agiu de forma acertada, já que a pauta estava atrasada há mais de trinta minutos, limite legalmente admitido.
- b) A advogada agiu de forma acertada, já que não se admite atraso em pautas de audiência, previamente designadas.
- c) A advogada agiu de forma equivocada, já que o atraso de pauta com o juiz presente, não autoriza a retirada do recinto.
- d) A advogada agiu de forma equivocada, já que o atraso de pauta com o juiz presente, apenas autoriza a retirada do recinto, após trinta minutos da comunicação do atraso à secretaria da vara.

Questão 8

Dra. Joana Ferraz pretende concorrer a uma vaga nas eleições nos órgãos da OAB, a ser realizada na segunda quinzena do mês de novembro. Acerca do tema eleição, com fulcro no Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a alternativa correta:

- a) O mandato em qualquer órgão da OAB é de três anos, iniciando-se em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo o Conselho Federal.
- b) O mandato em qualquer órgão da OAB é de dois anos, iniciando-se em primeiro de março do ano seguinte ao da eleição, salvo o Conselho Federal.
- c) Os conselheiros federais eleitos iniciam seus mandatos em primeiro de março do ano seguinte ao da eleição.
- d) Quanto a eleição da Diretoria do Conselho Federal, o requerimento de registro deverá vir acompanhado do apoio de, no mínimo, três Conselhos Seccionais.

Questão 9

Tomado o direito em seu aspecto subjetivo (*facultas agendi*), é CORRETO afirmar:

- a) Pela teoria da vontade, direito subjetivo é o interesse tutelado pela ordem jurídica mediante o reconhecimento da vontade.
- b) Pela teoria do interesse, direito subjetivo é o poder da vontade humana garantido pelo ordenamento jurídico.
- c) Pela teoria da garantia, direito subjetivo é a possibilidade de a garantia da ordem jurídica tornar efetiva a tutela do direito.
- d) Hans Kelsen é entusiasta da teoria valorativa dos direitos subjetivos.

Questão 10

No que se refere às causas do Direito é CORRETO afirmar:

- a) A causa final trata da finalidade do direito.
- b) A causa material aborda as formas pelas quais o direito se expressa.
- c) A causa eficiente refere-se à composição do direito, o modo como ele se exterioriza.
- d) A causa final é a produtora do direito, aquela que dá razão à sua existência.

OAB

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Ambas as Casas do Poder Legislativo Federal decidiram instituir uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), com o seguinte objetivo: a investigação do teor de algumas decisões de determinado Juiz de Direito que está sendo acusado de prevaricação.

A comissão também deveria averiguar a existência de várias irregularidades identificadas no Estado Beta relacionadas à corrupção. Com base no sistema constitucional vigente, assinale a alternativa correta.

- a) A CPI pode tornar-se permanente, por decisão do Legislativo.
- b) Os membros do Poder Judiciário não são obrigados a comparecer à CPI, quando o depoimento a ser prestado é sobre a sua função jurisdicional.
- c) Regra geral a CPI pode decretar prisões.
- d) A referida CPI pode investigar o serviço público estadual.

Questão 12

Manoel ocupa cargo efetivo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça, mas foi eleito prefeito no Município Beta.

Para que ele possa exercer a chefia do Executivo Municipal, nos moldes do texto constitucional:

- a) Manoel deverá ser exonerado do cargo efetivo e perceberá a remuneração, por subsídio, referente ao cargo de prefeito.
- b) Manoel deverá ser afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) Manoel deverá ser afastado do cargo efetivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento, e perceberá o subsídio de prefeito.
- d) Manoel deverá receber as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.

Questão 13

Joca, conhecido jornalista investigativo, recebeu um vídeo do Prefeito recebendo propina para favorecer determinada empresa em troca de favores. Diante de tal fato, o Prefeito ingressa com medida judicial para que tanto a veiculação do vídeo fosse proibida, quanto o jornalista fosse obrigado a revelar o nome do indivíduo que lhe entregou o vídeo.

Com base na CRFB/88, o pedido realizado pelo Prefeito:

- a) deve ser indeferido, já que é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- b) deve ser deferido parcialmente, já que apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado judicialmente quando o fato informado envolver interesse público.
- c) deve ser indeferido, já que ao jornalista não é garantido o sigilo da fonte, ainda que necessário ao exercício profissional.
- d) deve ser deferido parcialmente, já que apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado quando o fato informado causar danos jurídicos a terceiros.

Questão 14

Marta, brasileira nata, e Pablo, espanhol nato, estão residindo atualmente na Espanha, período em que ocorre o nascimento de Ramon, filho deles. Com base no caso hipotético apresentado, nos termos da disposição da Constituição acerca da nacionalidade, é correto afirmar que:

- a) caso Marta esteja na Espanha a serviço da República Federativa do Brasil, o seu filho será considerado como brasileiro nato.
- b) para ser considerado brasileiro nato, basta que Ramon, a qualquer tempo, depois de atingir a idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, venha a residir no Brasil e opte pela nacionalidade brasileira.
- c) Ramon não será considerado como brasileiro nato ou naturalizado, ainda que seja registrado perante o Consulado Brasileiro, já que o Brasil adota como único critério o *jus soli*.
- d) para ser considerado brasileiro nato, Ramon deverá passar a residir no Brasil por pelo menos 6 meses ininterruptos e possuir idoneidade moral.

Questão 15

A lei municipal nº XXX é objeto de impugnação em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Tribunal de Justiça (TJ) por ofensa a um dispositivo da Constituição Estadual. Tal dispositivo é uma norma da CRFB/88 de reprodução obrigatória. Diante disso, após o julgamento da ADI pelo TJ, decidindo sobre a constitucionalidade ou não da Lei nº XXX, é correto afirmar que:

- a) contra essa decisão caberá recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- b) contra essa decisão caberá o recurso ordinário perante o Supremo Tribunal Federal
- c) contra essa decisão caberá recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) contra essa decisão caberá o recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal.

Questão 16

A 3ª Turma Cível de determinado Tribunal de Justiça, ao apreciar o recurso interposto pela parte vencida, não percebeu a presença de vício de inconstitucionalidade na norma utilizada como fundamento do pedido. Por isso, ocorreu a manutenção da condenação imposta pela Vara Cível baseada na norma em questão. A parte vencida ficou inconformada alegou a existência de equívoco procedimental, afirmando que não houve observação tanto da regra constitucional constante no art. 97 da CRFB/88 e quanto a interpretação dada ao referido dispositivo pelo Supremo Tribunal Federal.

Com base na Carta Magna, a análise da constitucionalidade da norma realizada pela Turma:

- a) está correta, pois a Turma não reconheceu o vício de inconstitucionalidade da norma, limitando-se a aplicá-la ao caso concreto.
- b) está incorreta, pois a Turma, em respeito à reserva de plenário, não poderia realizar o controle difuso de constitucionalidade, devendo submeter a matéria ao pleno.
- c) está correta, pois o controle difuso de constitucionalidade é realizado por qualquer órgão jurisdicional, inclusive os órgãos fracionários que podem deixar de aplicar a norma inconstitucional no caso concreto.
- d) está incorreta, pois o controle difuso de constitucionalidade somente poderia ser realizado pelos juízes singulares, não pela Turma, que realiza o controle concentrado.

Questão 17

José da Mudança, Governador do Estado Gama deu a seguinte ordem para o Comandante Geral da Polícia Militar do referido Estado: manter os Deputados que se acham na Assembleia Legislativa incomunicáveis e impedir saída deles sem que antes tenham votado e aprovado projeto de lei de sua autoria.

Assim, o Comandante Geral da Polícia Militar acompanhado de uma tropa de 500 policiais militares fortemente armados, fecharam as saídas do Poder Legislativo Estadual e informaram aos Deputados Estaduais presentes a ordem dada pelo Governador. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) a situação configura hipótese de necessidade de garantir o livre-exercício do Poder Legislativo, dependendo de solicitação ao Presidente da República, exigindo-se a análise posterior pelo Congresso Nacional.
- b) a situação configura hipótese de grave comprometimento da ordem pública, devendo ser decretada a intervenção observada a necessidade de julgamento de procedência de ação proposta pelo PGJ perante o TJ.
- c) a situação configura hipótese de grave comprometimento da ordem pública, devendo ser decretada a intervenção observada a necessidade de julgamento de procedência de ação proposta pelo PGR perante o STF.
- d) a situação configura hipótese de necessidade de garantir o livre-exercício do Poder Legislativo, dependendo de solicitação ao Presidente da República, ficando dispensada a análise posterior pelo Congresso Nacional.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Recentemente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos divulgou que, só em 2020, foram registradas mais de 105.671 denúncias de violência contra a mulher (um registro a cada cinco minutos). Beatriz foi uma das mulheres que, fazendo uso do Ligue 180, denunciou o seu marido que, além de praticar violência psicológica, constantemente a agredia alegando que estava defendendo a própria honra.

Com base na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar:

- a) A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) reconhece expressamente a violência física, sexual, patrimonial e moral. A violência psicológica, por sua vez, é um termo que está ganhando visibilidade social, mas não encontra respaldo legal.
- b) A autoridade judiciária poderá aplicar, ouvido o Ministério Público, aplicar, dentre outras medidas, a suspensão da posse ou restrição do porte de armas e a prestação de alimentos provisionais, mas não é possível determinar que o agressor participe de grupos de apoio.
- c) A legítima defesa da honra, tese defensiva sustentada por alguns em crimes praticados contra mulheres, não encontra guarida na Constituição Federal de 1988 por representar a institucionalização da desigualdade de gênero e de tolerância e naturalização da violência doméstica.
- d) A Lei Maria da Penha tem natureza processual, embora preveja medidas protetivas de natureza penal e civil, sem estabelecer qualquer tipo penal.

Questão 19

Em agosto de 2021, o futebol brasileiro testemunhou mais um caso de racismo: por causa do cabelo, um jogador começou a receber severas críticas de narradores e comentaristas da partida. Em agosto de 2019, durante uma partida contra o São Paulo, torcedores do Vasco cantaram músicas homofóbicas contra a equipe adversária.

Considerando os fatos narrados, assinale a alternativa correta:

- a) O preconceito racial e a homofobia são crimes que não têm nada em comum e, por isso, recebem proteção jurídica distinta.
- b) Os crimes de racismo, tipificados na Lei nº 7.716/1989, só dizem respeito à discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião.
- c) A República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, rege-se pelo repúdio ao terrorismo e ao racismo, sendo este considerado um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- d) As condutas homofóbicas, como as observadas nos campos de futebol, traduzem expressões de racismo, sendo este compreendido em sua dimensão social.

Questão 20

A embaixada de um estado estrangeiro localizada no Brasil contratou Maria, brasileira, para ser a responsável por serviços gerais na embaixada. Maria, no entanto, não recebeu o 13º salário, pois a embaixada entendeu que não existe tal regime salarial em seu país. Maria, insatisfeita, recorreu à Justiça do Trabalho. A ação de Maria foi julgada procedente, mas a embaixada não cumpriu a sentença. Por isso, o advogado de Maria solicitou a penhora de um carro da embaixada. Com base no caso, o Juiz do Trabalho decidiu

- a) deferir a penhora, pois a Constituição atribui competência à justiça brasileira para ações de execução contra Estados estrangeiros.
- b) indeferir a penhora, pois o Estado estrangeiro, no que diz respeito à execução, possui imunidade, e seus bens são invioláveis. No Brasil, a imunidade de jurisdição reconhecida aos Estados estrangeiros tem natureza relativa.
- c) extinguir o feito sem julgamento do mérito por entender que o Estado estrangeiro tem imunidade de jurisdição, assim como as organizações.
- d) deferir a penhora, pois o Estado estrangeiro não goza de nenhuma imunidade quando se tratar de ações trabalhistas.

Questão 21

Um avião comercial pertencente a uma empresa japonesa é envolvido em um acidente aéreo em território brasileiro que resulta na queda de uma aeronave fabricada pela Embraer, provocando dezenas de mortes. A família de uma das vítimas brasileiras inicia uma ação no Brasil contra a empresa japonesa, pedindo danos materiais e morais. A empresa japonesa alega que a competência para julgar o caso é da justiça japonesa.

Segundo o direito brasileiro, a justiça brasileira:

- a) tem competência concorrente porque o acidente ocorreu em território brasileiro.
- b) não tem competência concorrente porque o réu é empresa estrangeira que não opera no Brasil.
- c) não tem competência, absoluta ou relativa, e deverá remeter o caso, por carta rogatória, à justiça japonesa.
- d) tem competência concorrente porque a vítima tinha nacionalidade brasileira.

Questão 22

Gabriel é proprietário de um imóvel localizado na zona de expansão urbana do Município Alfa. Esse imóvel, localizado em loteamento aprovado pelos órgãos competentes, é utilizado exclusivamente como residência da sua família. A região onde está situado o imóvel ainda não é dotada de qualquer um dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público: meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, rede de iluminação pública e nem escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel. Com base na hipótese apresentada, é correto afirmar, sobre a incidência de imposto sobre a propriedade imobiliária, que:

- a) Deve haver a incidência do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, apesar da inexistência daqueles melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- b) Deve haver a incidência do ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, diante da inexistência daqueles melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- c) Não deve haver a incidência do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e nem do ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, já que o imóvel está localizado na zona de expansão urbana do Município.
- d) Não deve haver a incidência do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e nem do ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, pois o imóvel não é dotado daqueles melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público.

Questão 23

O Estado Beta aprovou lei ordinária concedendo isenção de IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores aos proprietários de automóveis utilizados como Táxi, ou seja, sobre automóveis destinados ao transporte de passageiros e providos de um taxímetro. Ricardo, motorista de aplicativo e que não desenvolve a atividade de taxista, cujo veículo automotor não, portanto, provido de um taxímetro, entende que também pode ser beneficiado por essa isenção tributária. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) Somente lei complementar de caráter nacional pode conceder isenção de IPVA.
- b) Ricardo tem direito ao benefício fiscal, pois a lei que concede isenção pode ser interpretada extensivamente.
- c) Ricardo tem direito ao benefício fiscal, por imposição do Princípio da Isonomia Tributária.
- d) Ricardo não tem direito ao benefício fiscal, pois a lei que concede isenção deve ser interpretada literalmente.

Questão 24

O Estado Alfa ajuizou Ação de Execução Fiscal em face da pessoa jurídica Beta Ltda. para cobrar débitos de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Ao realizar tentativa de citação o Oficial de Justiça constatou que a Executada encerrou suas atividades no endereço onde estava regularmente estabelecida e que não comunicou tal fato aos órgãos competentes, lavrando o ocorrido no respectivo termo. O Estado requereu, então, a inclusão de Paulo, sócio-administrador da Executada, e de Ricardo, mero sócio-quotista e que não tem poderes de administração, no polo passivo da Ação de Execução Fiscal. De acordo com as disposições do CTN - Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- a) O juiz deve deferir o pedido em razão do simples inadimplemento do tributo pela pessoa jurídica, que já é causa suficiente à inclusão de Paulo e de Ricardo no passivo da execução fiscal.
- b) O fato de Paulo e de Ricardo serem sócios da pessoa jurídica já é causa suficiente e bastante para a inclusão no polo passivo da execução fiscal, independentemente do que foi constatado pelo Oficial de Justiça.
- c) O juiz deve deferir integralmente o pedido, pois o quanto constatado pelo Oficial de Justiça autoriza a inclusão de Paulo e de Ricardo no polo passivo da Execução Fiscal.
- d) O juiz deve deferir parcialmente o pedido, pois o quanto constatado pelo Oficial de Justiça autoriza a inclusão somente de Paulo no polo passivo da Execução Fiscal.

Questão 25

O Município Alfa concedeu remissão de débitos de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana nas seguintes situações: i) em relação a todos os débitos que totalizavam até R\$ 50,00 por contribuinte até o último dia do exercício anterior; e ii) para todos os proprietários de imóveis que tiveram suas casas invadidas pela água nas enchentes ocorridas em diversos bairros no início deste ano. Com base na hipótese, assinale a afirmativa correta sobre a remissão no Direito Tributário:

- a) Pode ser concedida em razão da diminuta importância do crédito tributário.
- b) Não pode ser concedida em razão de condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.
- c) Impede a constituição do crédito tributário.
- d) Não precisa ser autorizada por lei, podendo ser concedida por ato administrativo quando a autoridade fiscal entender oportuno e conveniente.

Questão 26

O Prefeito do Município X editou Decreto, publicado em 15 de dezembro de determinado ano, corrigindo o valor venal dos imóveis de acordo com os índices inflacionários anuais de correção monetária, para fins de cobrança do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. Sobre a hipótese, é correto afirmar que esse Decreto:

- a) Não afronta o Princípio da Legalidade, pois a majoração do IPTU dispensa a edição de lei em sentido formal.
- b) Afronta o Princípio da Anterioridade Nonagesimal, pois é vedado exigir tributo antes de decorridos noventa dias da data em que tenha sido majorado.
- c) Não afronta o Princípio da Legalidade, pois a mera atualização monetária da base de cálculo do IPTU pode ser realizada por meio de decreto.
- d) Afronta o Princípio da Legalidade, pois a atualização monetária da base de cálculo do IPTU só pode ser realizada por meio de lei em sentido formal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

Enzo, residente do Município X, deseja acessar informações acerca das atividades exercidas pela Companhia de Engenharia de Tráfego do Município X, sociedade de economia mista municipal, especialmente no relativo à sua organização e serviços. Acerca da pretensão de Enzo, assinale a alternativa correta:

- a) Enzo, por ser particular, não pode apresentar o pedido de acesso à informação, devendo representar ao Ministério Público para que o faça.
- b) Não há obrigatoriedade de prestação das informações pela Companhia de Engenharia de Tráfego do Município X, devido à natureza privada das sociedades de economia mista.
- c) Enzo não poderá acessar as informações acerca da organização da Companhia de Engenharia de Tráfego do Município X, pois são de caráter interno, mas poderá acessar as informações relativas a seus serviços, pois estes são de caráter público.
- d) A Companhia de Engenharia de Tráfego deverá conceder o acesso imediato à informação disponível; mas, se isto não for possível, terá o prazo de 20 dias para, dentre outros, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta.

Questão 28

O Município Y, com vistas a modernizar o sistema de tráfego municipal, pretende realizar procedimento licitatório para compra de um *software* que seja mais eficiente na temporização semafórica, bem como preveja as melhores rotas e sentido das ruas. Ocorre que, um *software* que atenda exatamente às solicitações da Municipalidade necessitaria de inovação tecnológica ou técnica ou até mesmo a adaptação de soluções disponíveis no mercado. Além disso, a Administração Municipal não tem como definir as especificações técnicas com precisão suficiente. Por esta razão, pretende adotar, no procedimento licitatório, a modalidade de diálogo competitivo, na forma da Lei nº 14.133/2021. Acerca da modalidade pretendida, assinale a alternativa correta:

- a) A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
- b) Na fase competitiva, o Município Y declara que o diálogo foi concluído e divulga de edital contendo a especificação da solução que atenda às suas necessidades e os critérios objetivos a serem utilizados para seleção da proposta mais vantajosa, abrindo prazo, não inferior a 40 dias úteis, para todos os licitantes pré-selecionados na forma do inciso II deste parágrafo apresentarem suas propostas
- c) Na fase de diálogos, o Município Y divulgará edital em sítio eletrônico oficial, com suas necessidades e exigências já definidas, e estabelecerá prazo mínimo de 25 dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- d) Não é cabível a adoção da modalidade diálogo competitivo no caso narrado, devendo ser adotada, na verdade, a modalidade concorrência.

Questão 29

Juniel, de 30 anos, pretende se tornar membro do Conselho de Administração da sociedade de economia mista Desbravadores S.A., exploradora de atividade econômica que atua no setor de energia elétrica. Juniel não se enquadra em nenhuma hipótese de inelegibilidade e possui experiência profissional de 8 anos na área de energia elétrica, além de ter atuado, há 5 anos, como participante de estrutura decisória de um partido político, possuindo boas noções de direção e tomada de decisões. Adicione-se a isso o fato de Juniel ter formação acadêmica compatível com a atividade a ser exercida, além de reputação ilibada e notório conhecimento. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Juniel não poderá se tornar membro do Conselho de Administração de Desbravadores S.A., pois não atingiu a idade mínima exigida para ocupar tal cargo.
- b) Juniel poderá se tornar membro do Conselho de Administração de Desbravadores S.A., pois atingiu todos os requisitos.
- c) Juniel não poderá se tornar membro do Conselho de Administração de Desbravadores S.A., pois não possui experiência profissional suficiente.
- d) Juniel não poderá se tornar membro do Conselho de Administração, pois fica impedido por ter participado, nos últimos 72 meses, da estrutura decisória de partido político.

Questão 30

Judite, Lúcia e Marinalva decidem prestar concurso público para o cargo de técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado Zeta. O edital do concurso previa 3 vagas, sem cadastro de reserva, e validade de 1 ano, prorrogável por mais 1 ano. Ao final do certame, Judite foi aprovada em 2º lugar, Lúcia em 4º lugar, e Marinalva em 5º lugar. Ocorre que, decorridos 6 meses do certame, Judite desistiu formalmente de assumir a vaga. Por essa razão, o TJ de Zeta resolveu, antes mesmo de completar o 1 ano de validade do concurso, realizar novo certame para o mesmo cargo. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta.

- a) Lúcia possui direito subjetivo à nomeação, mas Marinalva não.
- b) É possível que o edital preveja validade de apenas 1 ano para o certame, porém não pode haver realização de novo concurso para o mesmo cargo antes de vencido o prazo do anterior sem que isso gere automaticamente o direito subjetivo de Marinalva à nomeação.
- c) Nem Lúcia nem Marinalva possuem direito subjetivo à nomeação, pois foram aprovadas fora do número de vagas.
- d) Lúcia e Marinalva possuem direito subjetivo à nomeação.

Questão 31

Em 13/02/2021, Márcio impetrou, junto ao Superior Tribunal de Justiça, Mandado de Segurança contra ato praticado em 13/11/2020 por Givaldo, Ministro da Educação. Givaldo, como autoridade coatora, foi notificado e prestou informações em 8 dias. Ao analisar as informações, o relator do Mandado de Segurança verificou que o ato em questão havia sido praticado exclusivamente por Eurípedes, Presidente do Conselho Nacional de Educação, que é órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério da Educação. A partir da situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) O mandado de segurança deve ser extinto sem resolução do mérito por ilegitimidade passiva.
- b) O mandado de segurança não será extinto, em razão da aplicação da teoria da encampação.
- c) O mandado de segurança não será extinto, pois o Ministro da Educação se manifestou em tempo hábil a respeito do mérito nas informações prestadas.
- d) O mandado de segurança não será extinto, posto que há hierarquia entre a autoridade que prestou as informações (Ministro da Educação) e a que determinou a prática do ato (Presidente do Conselho Nacional de Educação).

Questão 32

O Estado Alfa pretende alienar alguns bens de seu acervo, dentre eles: um terreno cuja aquisição se derivou de doação em pagamento; um veículo automotor; o prédio no qual atualmente funciona a Secretaria da Fazenda Estadual; um cemitério público. Sobre os bens mencionados, a possibilidade de alienação e o procedimento a ser adotado, à luz da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível realizar a alienação do cemitério público, ainda que se realize sua desafetação prévia, pois se trata não só de um bem de uso comum do povo, mas também de verdadeiro serviço público.
- b) Para que seja possível a alienação do terreno adquirido por doação em pagamento, a Administração Estadual deverá realizar a avaliação do bem, comprovar a necessidade da alienação, e adotar procedimento licitatório na modalidade concorrência ou leilão.
- c) Para que seja possível realizar a alienação do veículo automotor, é necessário haver interesse público devidamente justificado, bem como avaliação prévia, realização de licitação, e autorização legislativa, pois se trata da Administração Direta.
- d) Para alienação do prédio no qual atualmente funciona a Secretaria da Fazenda Estadual, é necessário haver interesse público devidamente justificado, bem como avaliação prévia, realização de licitação obrigatoriamente na modalidade concorrência, mas dispensa autorização legislativa, pois se trata da Administração Direta.



Estratégia

DIREITO AMBIENTAL

OAB

Rosenval Júnior

Questão 33

Pedro Paulo comprou uma fazenda de 120 ha em Monte Verde, no interior de Minas Gerais. A propriedade fica em uma região com clima frio na Serra da Mantiqueira. Seu objetivo é construir uma pousada com 10 chalés e explorar o turismo rural, que está em alta na região. A propriedade é cortada por um rio que possui largura inferior a 10 metros e possui uma bela cachoeira, conhecida como “Véu da Noiva”. Além disso, há um lago natural, onde são criados peixes de diferentes espécies.

De acordo com o Código Florestal, temos que:

- a) São Área de Preservação Permanente as faixas marginais do rio desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 100 metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura.
- b) As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais não são consideradas áreas de preservação permanente.
- c) Consideram-se Área de Preservação Permanente as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros.
- d) São APPs as áreas em altitude inferior a 1800 metros, qualquer que seja a vegetação.

Questão 34

João Paulo foi até o órgão ambiental federal para entender como poderia criar uma unidade de conservação em sua propriedade para visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. De acordo com a legislação ambiental federal, é correto afirmar:

- a) Não é possível, por ausência de previsão legal.
- b) É possível, desde que haja interesse público.
- c) É possível criar apenas se o objetivo for pesquisa científica.
- d) É possível, desde que seja realizada uma audiência pública.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Pedro, professor de idiomas, ensina alemão e suas aulas são em domicílio. Ele realiza um contrato de prestação de serviços com duração de um ano. Após o vencimento de contrato realizado com Ana, os honorários de Pedro não foram pagos. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Pedro terá o prazo decadencial de cinco anos para realizar a cobrança dos honorários, a contar da cessação do respectivo contrato.
- b) Pedro terá o prazo prescricional de cinco anos para realizar a cobrança dos honorários, a contar da cessação do respectivo contrato.
- c) Pedro terá o prazo prescricional de dois anos para realizar a cobrança dos honorários, a contar do início do respectivo contrato.
- d) Pedro terá o prazo decadencial de dois anos para realizar a cobrança dos honorários, a contar da cessação do respectivo contrato.

Questão 36

Danilo se obrigou a entregar um carro para André. No dia da entrega, eles combinaram de se encontrar no estacionamento de um parque da cidade. Danilo entregou a chave do carro e antes de André sair do estacionamento, foi abordado por dois homens armados que roubaram o carro. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) A coisa se perdeu sem culpa de Danilo, portanto, a obrigação fica resolvida e ele deverá devolver o valor recebido por André.
- b) A coisa se perdeu sem culpa de Danilo, portanto, a obrigação fica resolvida e ele deverá devolver o valor recebido por André mais perdas e danos.
- c) A coisa se perdeu após a tradição, não tendo Danilo responsabilidade alguma.
- d) Danilo deverá arcar com metade do valor da coisa, pois se perdeu ainda no local da entrega.

Questão 37

Donatella, escultora, apresentou uma proposta escrita a Julia, com prazo, para que fosse esculpida uma peça em madeira. Julia respondeu a proposta, com algumas modificações, depois de ultrapassado o prazo dado pela escultora. Neste caso, é possível afirmar que:

- a) A proposta perdeu a validade quando o prazo se esgotou.
- b) Julia não poderia fazer modificações na proposta, pois apresentou resposta fora do prazo.
- c) A resposta de Julia é considerada nova proposta.
- d) A resposta de Júlia é considerada aceitação.

Questão 38

Artur e Lisa viveram em união estável por vinte anos, adquirindo, na constância do casamento, um apartamento no centro da cidade, de 210m² (duzentos e dez metros quadrados), avaliado em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Nem Artur, nem Lisa têm outros bens imóveis. A união terminou em 2018, quando Artur saiu da casa, voluntariamente. Lisa ficou no imóvel, mantendo-se lá, desde então, com os filhos. Neste caso, é possível afirmar que:

- a) É possível a usucapião familiar, pois cumpridos todos os requisitos legais.
- b) A usucapião familiar é aplicável apenas a casais unidos por casamento, sendo inaplicável à união estável.
- c) A usucapião familiar é possível somente em imóveis com até 200m² (duzentos metros quadrados).
- d) Somente é possível a usucapião familiar com o divórcio das partes, pois durante a constância do casamento, o imóvel é bem comum.

Questão 39

João dirigia seu veículo, um Fiat Uno Mille, dentro dos limites de velocidade e respeitando todas as normas de trânsito, quando Mateus, de dez anos de idade, entrou na frente do carro correndo atrás de uma bola de futebol. Para não atingir a criança, João desviou e acabou batendo em um carro de Gabriel, que estava devidamente estacionado, uma Ferrari 488 Pista Spider 3.9. O prejuízo de João foi de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), já o de Gabriel foi de R\$ 3.660.413,00 (três milhões seiscentos e sessenta e seis mil quatrocentos e treze reais), pois o carro teve perda total. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Tendo em vista o princípio da reparação integral, João deverá arcar com todos os prejuízos de Gabriel, pois não há gradação da culpa na responsabilidade civil, não podendo requerer ressarcimento dos pais de Mateus.
- b) Apesar de não haver gradação da culpa na responsabilidade civil, como há excessiva desproporção entre a culpa de João e o dano causado, o juiz poderá reduzir a indenização, havendo direito de regresso em face dos pais de Mateus.
- c) Os pais de Mateus deverão arcar integralmente com os danos sofridos por Gabriel, uma vez que João somente atingiu o carro dele para salvar Mateus, que é civilmente incapaz, havendo culpa exclusiva de terceiro.
- d) O prejuízo de Gabriel deverá ser arcado por João e os pais de Mateus, cada um com metade, não havendo que se falar em responsabilidade da criança, dada a ausência de capacidade de Mateus.

Questão 40

Igor é casado com Maria pelo regime de comunhão parcial de bens. Maria tem duas sobrinhas, Lúcia e Leide. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Caso Igor se divorcie de Maria ele não poderá se casar com Lúcia, pois são parentes por afinidade, e os afins colaterais até terceiro grau não podem casar.
- b) O parentesco por afinidade se extingue com o divórcio em relação a todos os parentes, portanto, Igor poderia se casar com qualquer pessoa da família de Maria.
- c) Igor poderia se casar com qualquer das sobrinhas de Maria, em caso de divórcio, pois o impedimento alcança apenas os afins em linha reta.
- d) Igor somente poderia se casar com uma das sobrinhas de Maria caso ela concordasse.

Questão 41

Pablo, famoso jogador de futebol da década de setenta, teve cinco filhos com sua esposa, Luna, e um filho com Teresa, com quem teve um relacionamento extraconjugal. Ao falecer, Pablo deixou testamento e nele contemplava o filho que teve com Teresa, Theo, mesmo nunca tendo o assumido publicamente nem o registrado em seu nome. Sobre o caso, assinale a alternativa correta:

- a) Theo não poderá receber a herança, pois nunca foi registrado por Pablo e é filho de um relacionamento extraconjugal.
- b) Theo poderá aceitar ou renunciar a herança, sendo ambos os atos irrevogáveis.
- c) Caso Theo seja excluído da sucessão de Pablo, os efeitos da exclusão também atingirão seus herdeiros.
- d) Tanto a aceitação quanto a renúncia a herança de Theo devem ser feitas expressamente através de instrumento público.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Os adolescentes Alberto, Bernardo, Cláudio e Daniel, há muito foram abandonados e, desde então, têm vivido nas ruas e praticado pequenos atos infracionais. Em determinado dia, decidiram que cada um deveria cometer um ilícito diferente: Alberto jogou pedras e quebrou o para-brisas traseiro de um veículo; Bernardo fez desenhos na pintura do veículo, arranhando toda a lataria; Cláudio e Daniel, vendo que os proprietários do carro estavam se aproximando, utilizando facas, roubaram os celulares e carteiras.

Quando da aplicação da medida socioeducativa, o juiz:

- a) determinará que Alberto, em razão dos danos patrimoniais causados, promova o ressarcimento, sendo vedada a aplicação de outra medida pois, neste caso, é fundamental a promoção do retorno ao *status quo ante*.
- b) poderá aplicar a Bernardo a medida de prestação de serviços à comunidade, pelo período máximo de 12 meses, obrigatoriamente nos finais de semana e sem qualquer forma de remuneração.
- c) determinará que Cláudio e Daniel sejam internados, visto que praticaram ato infracional cometido mediante grave ameaça aos proprietários do carro. Embora constitua uma medida privativa de liberdade, os adolescentes poderão realizar atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade de atendimento.
- d) poderá, antes mesmo do início do procedimento judicial, conceder a remissão sem que tal ato implique o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade dos adolescentes.

Questão 43

Heitor, adolescente de 17 anos, é flagrado pela autoridade policial praticando ato infracional análogo ao tráfico de entorpecentes. Ao ser questionado pelo magistrado sobre os fatos, Heitor confessou que, de fato, naquele dia, horário e local portava quantidade considerável de cocaína.

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar:

- a) É nula a desistência de outras provas ainda que Heitor tenha confessado a prática do ato infracional.
- b) Heitor, ao ter sido apreendido em flagrante delito de ato infracional, deveria ter sido imediatamente encaminhado à autoridade judicial.
- c) Em razão do ato infracional praticado, independentemente de outras circunstâncias que possam ser apuradas, deve-se aplicar a medida de internação a Heitor.
- d) A autoridade policial deverá lavrar auto de apreensão, ouvir eventuais testemunhas e Heitor, apreender o produto da infração e, se necessário, requisitar os exames e as perícias necessárias.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

A loja de móveis “MOVELAR” comercializa mesas, cadeiras e estantes para escritórios, fabricados por “X Ltda.”. A empresa “Vende bem” adquiriu diversos móveis na loja, com clara indicação do fabricante, para montar seu escritório de atendimento aos clientes. Poucos dias após a entrega dos produtos pela MOVELAR, Thiago, dono da empresa “Vende bem”, atendia um cliente, quando a cadeira que estava sentado se desmontou e ele caiu, batendo a cabeça no chão. Em razão, da queda, o empresário teve que fazer inúmeros exames médicos e ficar 5 dias no hospital em observação, o que lhe causou muitos danos. Ao sair do hospital, Thiago procurou um advogado pretendendo ser ressarcido dos prejuízos. Ajuizada a ação em face da loja, ela contestou, alegando que se tratava de responsabilidade do fabricante e requereu a extinção do processo. Diante da situação, assinale a alternativa correta.

- a) O processo merece ser extinto por ilegitimidade passiva.
- b) O caso versa sobre fato do produto, logo a responsabilidade do réu é solidária.
- c) O processo deve ser extinto, pois o autor não é considerado consumidor.
- d) Trata-se de vício do produto, logo o réu e o fabricante são solidariamente responsáveis.

Questão 45

Margarete, idosa, auferia renda de um salário mínimo por mês decorrente de aposentadoria. No início da pandemia do Covid-19, os dois filhos que moravam com Margarete perderam seus empregos, ficando sob sua responsabilidade o sustento de toda a família. Ela decidiu, então, comprar uma motocicleta para que os filhos passassem a trabalhar com entregas, e celebrou contrato de mútuo com a instituição financeira “Emprestix”, para o empréstimo de R\$ 8.000,00, a serem pagos em 24 meses, em parcelas de R\$ 450,00, sem que o banco informasse, contudo, a taxa efetiva mensal de juros. Posteriormente, os dois filhos contraíram Covid-19, ficaram sem trabalhar por um período, e tiveram que ser internados em hospitais particulares, em razão da falta de leitos públicos. Margarete informou sua situação à “Emprestix”, pois estava com dificuldades de realizar o pagamento das parcelas em dia. A instituição financeira, então, ofereceu novo empréstimo para que ela pagasse as despesas hospitalares, sem avaliação da situação financeira da aposentada. Inicialmente, ela negou, mas diante da necessidade, e sentindo-se assediada pelo banco, celebrou um novo contrato de mútuo, no valor de R\$ 4.000,00, a serem pagos em 12 meses, em parcelas de R\$ 400,00. Com o novo negócio, Margarete passou a ter 2/3 da sua renda comprometida para o pagamento dos empréstimos. Diante do caso, é correto afirmar:

- a) A consumidora encontra-se em situação de superendividamento, caracterizado pela impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vencidas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.
- b) A preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas constitui direito básico do consumidor, que pode ser excepcionalmente inobservado na concessão de crédito.
- c) É válida a oferta de crédito sem avaliação da situação financeira do consumidor, mas é abusiva a que, expressa ou implicitamente, pressiona o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso.
- d) No fornecimento de crédito, o fornecedor deveria informar a consumidora, prévia e adequadamente, no momento da oferta, sobre a taxa efetiva mensal de juros, bem como a taxa dos juros de mora e o total de encargos, de qualquer natureza, previstos para o atraso no pagamento, entre outros dados.

Questão 46

Assinale a hipótese correta, acerca das ações preferenciais escriturais das sociedades anônimas:

- a) A transferência das ações se dá pelo extrato a ser fornecido pela Comissão de Valores Mobiliários.
- b) pelo registro no livro de ações nominativas da companhia.
- c) pelo lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações de Lorena e a crédito da conta de ações de Bernardino.
- d) por termo lavrado no livro de Ações Nominativas e homologado pela Comissão de Valores Mobiliários.

Questão 47

Wallisson, empresário individual, teve sua incapacidade superveniente declarada por decisão judicial. A sua mãe, eleita Deputada Estadual requereu o pedido, que teve o deferimento com a nomeação de dois gerentes. assinale a afirmativa correta.

- a) É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Wallisson; inclusive, em vista do impedimento de sua mãe, é necessário a aprovação de um ou mais gerentes.
- b) A incapacidade de Wallisson traz como consequência a extinção da empresa.
- c) É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Wallisson para que a sua mãe assuma o exercício da empresa.
- d) Não poderá ser concedida autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Wallisson, por ausência de respaldo legal.

Questão 48

Flavin constituiu uma Sociedade Limitada Unipessoal com sede em Votuporanga para fabricação de queijos. A pessoa jurídica pretende adotar como nome empresarial a espécie denominação. Com base nessas informações e na disciplina legal da Sociedade Limitada Unipessoal, assinale a afirmativa correta.

- a) A administração da Sociedade Limitada Unipessoal não poderá ser exercida em caráter privativo por seu titular, que poderá designar mandatário em ato separado.
- b) Para a constituição da Sociedade Limitada Unipessoal não há capital mínimo, no entanto esse deve estar previamente integralizado.
- c) A Sociedade Limitada Unipessoal em questão adquire personalidade jurídica com a inscrição do ato de constituição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais.
- d) A Sociedade Limitada Unipessoal deverá adotar firma como espécie de nome empresarial, formada pelo patronímico do titular, acrescido do objeto da empresa e da expressão Sociedade Limitada Unipessoal.

Questão 49

Assinale a opção que indica a classificação correta do crédito trabalhista constituído após a decretação da falência na habilitação de crédito a ser apresentada ao Juízo da falência.

- a) Crédito extraconcursal.
- b) Crédito quirografário.
- c) Crédito subquirografário.
- d) Crédito equiparado ao trabalhista, até o limite de 150 salários mínimos.

Questão 50

Sociedade Cooperativa procurou um advogado para a elaboração do estatuto social. Com base nas disposições para esta espécie societária previstas no Código Civil, é correto afirmar que

- a) o estatuto deverá conter cláusula indicativa do valor do capital social, que será fixo durante toda a existência da sociedade.
- b) aplicam-se às cooperativas as disposições do Código Civil referentes às sociedades anônimas, na omissão da legislação especial.
- c) os sócios responderão sempre de forma solidária, ilimitada e subsidiária pelas obrigações sociais, por ser a cooperativa uma sociedade de pessoas.
- d) se a cooperativa possuir capital social, as quotas serão intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por direito hereditário.

Estatégia
OAB

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Pedro é casado com Bruna e são pais de três crianças. Após ser vitimado em um acidente de trânsito, Pedro, profissional autônomo, não pode mais trabalhar e pediu a um amigo advogado que ajuizasse a ação cabível contra a empresa de ônibus responsável pelo sinistro. Você, como advogado da empresa, alegou que Pedro não faz jus ao benefício de gratuidade da justiça.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão do benefício da justiça gratuita deve ser impugnada por petição simples no momento seguinte ao seu deferimento, sob pena de preclusão.
- b) O pedido de gratuidade da justiça só poderá ser feito na petição inicial pelo advogado de Pedro, sendo descabido o pedido em momento posterior.
- c) Havendo o falecimento de Pedro, o benefício da justiça gratuita não será automaticamente estendido aos seus sucessores.
- d) A decisão que indefere ou acolhe o pedido de revogação da gratuidade deve ser impugnada por agravo de instrumento.

Questão 52

Valéria requereu a citação por edital de Lourdes e, para tanto, alegou que desconhecia o endereço da ré. Ocorre, entretanto, que Valéria queria, dolosamente, prejudicar a parte adversa por ser um desafeto de longas datas.

Sobre a citação por edital e o ato praticado por Valéria, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz determinará a publicação do edital na internet, no site do Tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça mas, hoje em dia, não mais subsiste a possibilidade de publicação de edital em jornais.
- b) Em razão de sua atitude, Valéria incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo e o valor será revertido em benefício de Lourdes.
- c) Admite-se a citação por edital quando frustrada a citação por correio.
- d) Quando um país recusar o cumprimento de carta rogatória, o juiz deverá valer-se dos meios diplomáticos, mas não caberá citação por edital.

Questão 53

Áurea foi diagnosticada com um câncer bastante agressivo e todos os médicos que acompanham seu caso indicaram que fosse realizada uma cirurgia de urgência. Para a surpresa dos filhos, o plano de saúde negou a realização do procedimento. Um deles, por ser advogado, requereu em juízo que o plano fosse compelido a autorizar a cirurgia. Nesse caso, podemos afirmar:

- a) A petição inicial deve cumprir todos os requisitos previstos nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil, além de completa fundamentação que embase os pedidos, sendo vedada a complementação da argumentação.
- b) Se a tutela antecipada requerida for concedida, a decisão tornar-se-á estável se o plano de saúde não interpuser recurso. Em seguida, o processo será extinto e transitará em julgado.
- c) Em razão da contemporaneidade da urgência à propositura da ação, o advogado está legalmente autorizado a limitar-se ao requerimento da tutela antecipada pretendida e à indicação do pedido de tutela final, do direito que se quer garantir ou realizar e o perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- d) A decisão que concede a tutela fará coisa julgada e, após sua concessão, não será admitida qualquer modificação.

Questão 54

Os irmãos Rodrigo e Rafael eram muito próximos na infância mas, com o passar do tempo, as diferenças foram ficando evidentes e acabaram se tornando desafetos notórios. Em ação judicial movida por Rodrigo, Rafael decide não contestar como forma de prejudicar o irmão. Ocorre, entretanto, que ao ficar inerte Rafael foi considerado revel. Nesse caso, pode-se afirmar corretamente:

- a) A revelia não suspende o andamento processual e os prazos contra Rafael fluirão a contar da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.
- b) Por não ter contestado a ação, Rafael será diretamente prejudicado pois serão consideradas verdadeiras as alegações de fato formuladas por Rodrigo e, assim, os pedidos formulados serão julgados procedentes.
- c) A revelia produzirá seus efeitos ainda que o litígio que envolve Rodrigo e Rafael versar sobre direitos indisponíveis.
- d) Nada impede que Rafael intervenha no processo posteriormente e, nesse caso, deverão ser anulados os atos que não contaram com sua participação.

Questão 55

Após um longo período debatendo judicialmente se o muro construído por Eduardo havia invadido os limites da propriedade de Fabiana, o magistrado reconheceu que, de fato, Fabiana estava sendo lesada em seu direito. Desse modo, determinou, em sentença, que Eduardo demolisse o muro e removesse os destroços da demolição, garantindo a limpeza do terreno de Fabiana.

Sobre o cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, podemos afirmar:

- a) O cumprimento de sentença só terá início após o requerimento de Fabiana, sendo vedado ao magistrado iniciá-lo de ofício.
- b) O juiz poderá valer-se de medidas coercitivas para impelir que Eduardo cumpra a sentença, mas a multa só poderá ser imposta se requerida por Fabiana.
- c) O juiz pode, independentemente de requerimento de Fabiana, impor multa diária para que Eduardo cumpra a obrigação de fazer reconhecida na sentença e, nesse caso, o valor da multa será revertido à exequente.
- d) Eduardo incidirá nas penas do ato atentatório à dignidade da justiça quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.

Questão 56

Nayara, em razão de título executivo extrajudicial que reconhece a obrigação alimentar, decide ajuizar ação de execução contra o ex-marido Pablo. Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) Pablo será intimado para, em 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das parcelas anteriores ao início da execução e das que se vencerem em seu curso.
- b) Pablo, servidor público, poderá requerer que a prestação alimentícia devida seja descontada diretamente em sua folha de pagamento. Nesse caso, o juiz deverá oficiar o órgão responsável determinando o desconto a partir da primeira remuneração posterior do executado.
- c) Pablo será citado para, em 3 (três) dias, pagar o débito. Caso não o faça e não demonstre a absoluta impossibilidade de pagar, será determinada a prisão de Pablo em regime semiaberto para que possa trabalhar e adimplir a prestação alimentícia.
- d) A execução de alimentos fundada em título executivo extrajudicial, ao contrário do cumprimento de obrigação dessa natureza, não admite a prisão civil do devedor de alimentos.

Questão 57

Mariana, juíza que acabou de entrar em exercício em uma comarca do interior, foi omissa em relação a pontos importantes da contestação ofertada por Lucas, advogado da defesa. Com base na narrativa, assinale a alternativa que apresenta o recurso adequado e suas características:

- a) Cabe agravo de instrumento contra esse pronunciamento de Mariana por tratar-se de uma decisão interlocutória.
- b) Lucas deverá opor embargos de declaração no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida a Mariana, juíza da causa, e deverá indicar os pontos omissos.
- c) Cabe agravo interno contra essa decisão devendo ser observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.
- d) Lucas deverá interpor apelação para que o relator, após o juízo de admissibilidade feito por Mariana, reveja a decisão.

Questão 58

Flavia e Paulo se encontraram em um quarto de hotel e, após discutirem o relacionamento por várias horas, acabaram por se ofender reciprocamente. Márcia, então, querendo dar fim à vida de ambos, ingressa no banheiro do quarto e liga o gás, aproveitando-se do fato de que Plínio estava dormindo. Em razão do forte cheiro exalado, quando ambos já estavam desmaiados, os seguranças do hotel invadem o quarto e resgatam o casal, que foi levado para o hospital. Tanto Plínio quanto Márcia acabaram sofrendo lesões corporais graves. Registrado o fato na delegacia, Plínio, revoltado com o comportamento de Márcia, procura seu advogado e pergunta se a conduta dela configuraria crime. Considerando as informações narradas, o advogado de Plínio deverá esclarecer que a conduta de Márcia configura crime de

- a) lesão corporal grave, apenas.
- b) tentativa de homicídio qualificado e tentativa de suicídio.
- c) tentativa de suicídio, por duas vezes.
- d) tentativa de homicídio qualificado, apenas.

Questão 59

Luciana, nascida em 11 de janeiro de 2000, é inimiga declarada de Liana, nascida em 04 de novembro de 1999, sendo que o principal motivo da rivalidade está no fato de que Liana tem interesse no namorado de Luciana. Durante uma festa, em 09 de janeiro de 2018, Luciana vem a saber que Liana anunciou para todos que tentaria manter relações sexuais com o referido namorado. Luciana, durante a festa, desfere facadas no peito de Liana, mas terceiros intervêm e encaminham Liana diretamente para o hospital. Cinco dias depois, Liana vem a falecer em virtude dos golpes sofridos. Descobertos os fatos, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Luciana pela prática do crime de homicídio qualificado. Confirmados integralmente os fatos, você como advogado (a) de Luciana deverá pleitear o reconhecimento da:

- a) legítima defesa.
- b) inimputabilidade da agente.
- c) inexigibilidade de conduta diversa.
- d) atenuante da menoridade relativa.

Questão 60

João, com a intenção de causar a morte de um casal de vizinhos, aproveita a situação em que o marido e a esposa estão juntos, conversando na rua, e joga uma bomba caseira nas vítimas, sendo a explosão deste a causa da morte do casal. Depois de vários meses com omissão do Promotor de Justiça a respeito dos fatos, o filho do casal falecido procura você como advogado(a) da família para adoção das medidas cabíveis. No momento da apresentação de queixa em ação penal privada subsidiária da pública, você, sob o ponto de vista técnico, de acordo com o Código Penal, deverá imputar a João a prática de dois crimes de homicídio em:

- a) concurso material, requerendo a soma das penas impostas para cada um dos delitos.
- b) concurso formal, requerendo a exasperação da pena mais grave em razão do concurso de crimes.
- c) concurso formal, requerendo a soma das penas impostas para cada um dos delitos.
- d) continuidade delitiva, requerendo a exasperação da pena mais grave em razão do concurso de crimes.

Questão 61

Carlos, na cidade de São Paulo, transportava e portava, em um automóvel, quatro armas de fogo, sendo que três estavam embaixo do banco do carona e uma, em sua cintura. Abordado por policiais, foram localizadas todas as armas. Diante disso, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Carlos pela prática de quatro crimes de porte de arma de fogo de uso permitido, em concurso material (Art. 14 da Lei nº 10.826/03, por três vezes, na forma do Art. 69 do Código Penal). Considerando que todos os fatos narrados foram confirmados em juízo, é correto afirmar que você advogado(a) de Carlos deverá defender o reconhecimento:

- a) da continuidade delitiva entre os três delitos imputados.
- b) de crime único de porte de arma de fogo.
- c) do concurso formal entre dois delitos, em continuidade delitiva com o terceiro.
- d) do concurso formal de crimes entre os três delitos imputados.

Questão 62

Decidido a praticar crime de furto na residência de um vizinho, Jorge procura o chaveiro Pedro e informa do seu desejo, pedindo que fizesse uma chave que possibilitasse o ingresso na residência. No dia do fato, considerando que a porta já estava aberta, Jorge ingressa na residência sem utilizar a chave que lhe fora entregue por Pedro, e subtrai uma TV. Chegando em casa, narra o fato para sua esposa, que o convence a devolver o aparelho subtraído. No dia seguinte, Jorge atende à sugestão da esposa e devolve o bem para a vítima, narrando todo o ocorrido ao lesado, que, por sua vez, comparece à delegacia e promove o registro dos fatos. Considerando o fato narrado, na condição de advogado(a), sob o ponto de vista técnico, você deverá esclarecer aos familiares de Pedro e Jorge que:

- a) nenhum deles responderá pelo crime, tendo em vista que houve arrependimento eficaz por parte de Jorge e, como causa de excludente da tipicidade, estende-se a Pedro.
- b) ambos deverão responder pelo crime de furto qualificado, aplicando-se a redução de pena apenas a Jorge, em razão do arrependimento posterior.
- c) Jorge deverá responder pelo crime de furto simples, com causa de diminuição do arrependimento posterior, enquanto Pedro não responderá pelo crime contra o patrimônio.
- d) ambos deverão responder pelo crime de furto qualificado, aplicando-se a redução de pena para os dois, em razão do arrependimento posterior, tendo em vista que se trata de circunstância objetiva.

Questão 63

Felipe, jovem rebelde, sai à procura de Edson, 35 anos, seu inimigo, com a intenção de matá-lo, vindo a encontrá-lo conversando com uma senhora de 78 anos de idade. Felipe saca sua arma, regularizada e cujo porte era autorizado, e dispara em direção ao rival. Ao mesmo tempo, a senhora dava um abraço de despedida em Edson e acaba sendo atingida pelo disparo vindo a falecer. Diante da situação narrada, em consulta técnica solicitada pela família, você advogado (a) deverá esclarecer que a conduta de Felipe configura:

- a) crime de homicídio doloso consumado, apenas, sem causa de aumento em razão da idade da vítima.
- b) crime de homicídio doloso consumado, apenas, com causa de aumento em razão da idade da vítima.
- c) crimes de homicídio culposo consumado e de tentativa de homicídio doloso em relação a Henrique.
- d) crime de homicídio culposo consumado, sem causa de aumento pela idade da vítima.

Questão 64

Após receber a triste notícia do falecimento de sua avó, Lurdes organiza todas as providências necessárias para o velório e o enterro da vovó Fátima. No dia seguinte, foi surpreendida com a conduta egoísta de Jaqueline, inimiga de Fátima, expulsando as pessoas que chegavam até o cemitério para impedir a realização do enterro. Lurdes aciona a Polícia Militar que prende Jaqueline em flagrante pelo crime de *Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária*, cuja pena é de detenção, de um mês a um ano, ou multa. Após todo o trâmite processual, Jaqueline é condenada em sentença de 1º grau a uma pena de 6 meses de detenção. Intimada pessoalmente, manifesta o seu desejo de recorrer. A respeito dessa situação, aponte a alternativa que contém o recurso e o prazo certo para recorrer da decisão condenatória:

- a) Apelação, em 10 dias.
- b) Carta testemunhável, em 48 horas.
- c) Recurso em sentido estrito, em 5 dias.
- d) Apelação, em 5 dias.

Questão 65

Carlos Alberto, juiz de direito da Comarca de Aquidauana-MS, foi casado com Beatriz durante 4 anos. A união do casal foi desfeita no ano passado, com a dissolução do vínculo pelo divórcio. O casal não teve filhos e seguiram a sua vida normalmente. Em janeiro desse ano, para a sua surpresa, a mãe de sua ex-mulher, Malévola, figurou como ré em um processo criminal. Ignorando o fato de ser a sua antiga sogra, o juiz de direito não se deu por suspeito e continuou atuando nos autos. A respeito dessa peculiar situação, aponte a alternativa correta:

- a) O juiz não é obrigado a ser dar por suspeito nesse caso, pois houve o rompimento do vínculo sem deixar descendentes.
- b) O juiz não é obrigado a ser dar por suspeito nesse caso, pois sogra não é parente.
- c) O juiz é obrigado a ser dar por suspeito nesse caso, pois genro não pode atuar como juiz ainda que não tenha filhos no casamento dissolvido.
- d) O juiz é obrigado a ser dar por suspeito nesse caso, pela presunção de animosidade entre genro e sogra, mantidos após o término do casamento.

Questão 66

João Pedro tentou, mas não conseguiu, matar o seu inimigo capital. No momento dos disparos, Adilson foi salvo pelo telefone celular que estava no seu bolso e absorveu o impacto dos dois projéteis. O criminoso foi preso em flagrante e encontra-se preso preventivamente até o momento. Relatado o inquérito policial, os autos foram direcionados ao Ministério Público da 1ª Vara do Júri da Capital-SP, no dia 06.07.2021. Até ontem, 10.09.2021, o representante do Ministério Público continuava inerte, sem tomar nenhuma providência a respeito do inquérito. Diante dessa situação, marque a alternativa correta:

- a) O advogado de Adilson deverá informá-lo que a única providência possível é aguardar a manifestação do Ministério Público, por força da ação pública.
- b) O advogado de Adilson poderá oferecer denúncia substitutiva diante da inércia do representante do Ministério Público.
- c) O advogado de Adilson poderá requerer ao juiz a substituição do representante do Ministério Público.
- d) O advogado de Adilson poderá oferecer queixa-crime subsidiária diante da inércia do representante do Ministério Público.

Questão 67

Na mesma residências moravam duas irmãs, Alessandra e Patrícia: a primeira, mais velha e provedora do lar; a segunda, mais jovem e dependente financeiramente da irmã mais velha. Patrícia, após receber o seu primeiro salário, é furtada pela própria irmã, dentro de sua própria casa. O inquérito policial foi instaurado a pedido da vítima. Antes do recebimento da denúncia, caso Patrícia não queira ver a sua irmã sendo processado criminalmente, deverá:

- a) Renunciar ao direito de representação diretamente com a mesma autoridade policial responsável pela instauração do inquérito policial.
- b) Renunciar ao direito de representação perante o juiz do Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em audiência especialmente designada com tal finalidade.
- c) Requerer o arquivamento do inquérito policial à autoridade policial, tendo em vista a natureza pública incondicionada do furto.
- d) Perdoar a irmã pelo furto praticado, em petição redigida especialmente com essa finalidade.

Questão 68

Jerônimo Fagundes, vulgo "rasga velha", foi preso em flagrante após a prática do terceiro homicídio contra idosos no Município de Cruz Credo. Ao ser interrogado pelo delegado, sem a presença de um advogado, confessou todos os crimes. A respeito da confissão no direito processual penal, aponte a alternativa correta:

- a) O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância.
- b) O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderia constituir elemento para a formação do convencimento do juiz se tivesse sido feita na presença de seu advogado.
- c) Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante, desde que tenha sido apresentada em Juízo.
- d) A confissão será indivisível, porém, retratável.

Questão 69

Mário, juiz de direito com mais de 20 anos de carreira, cansado de fundamentações de várias páginas, decidiu inovar e utilizar o senso comum para decretar a prisão dos criminosos de sua cidade. Logo em seu primeiro decreto de prisão preventiva, proferiu a seguinte decisão: "se um inquérito policial foi instaurado contra o agente, Santo ele não é." E continuou no parágrafo seguinte: "Além da opinião do delegado, o promotor de justiça ofereceu a denúncia, ao invés de requerer o arquivamento. Logo, mais um motivo para prender". Diante dessa fundamentação, marque a alternativa correta:

- a) Não se pode decretar a prisão preventiva como decorrência imediata da instauração de inquérito policial ou do oferecimento da denúncia.
- b) O posicionamento jurídico da autoridade policial, do promotor de justiça e do juiz, expressos no enunciado, possuem relevância suficiente para embasar essa prisão.
- c) Apesar de correto o raciocínio, faltariam outros elementos para justificar a prisão preventiva.
- d) A opinião do juiz sobre a culpa do agente é suficiente para justificar o decreto de prisão preventiva.

Questão 70

Júnior Albuquerque foi contratado para prestação de serviços na sociedade empresária “Alfa LTDA.”, na condição de promotor de eventos.

No ato da contratação, informou-se ao empregado de que haveria alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, apesar da sua condição de empregado, conforme anotação na CTPS.

Em meados de 2021, após cinco meses de inatividade, Júnior foi convocado pela empresa “Alfa” para prestar alguns serviços, os quais consistiam na organização de um grande evento para o feriado de 07/09, sendo que a sua convocação ocorreu com cinco dias de antecedência e através de e-mail. Contudo, o empregado não se interessou pela proposta ofertada pela empresa e se manteve silente acerca do e-mail recebido.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta:

- a) Há irregularidade na prestação de serviços informada, já que a Consolidação das Leis do Trabalho veda a inatividade do empregado registrado por período superior a noventa dias.
- b) O prazo de convocação para prestação dos serviços está incorreto, pois o empregador deve convocar o empregado com três dias úteis de antecedência.
- c) O silêncio do empregado Júnior em responder ao e-mail equivale como recusa a convocação do empregador.
- d) A empresa “Alfa” LTDA., segundo os ditames da CLT, não se utilizou de meios válidos para convocação do empregado.

Questão 71

Pedrinho, 16 anos, foi contratado na condição de aprendiz em uma grande mecânica de carros no Estado de São Paulo/SP, diante do pedido de seu pai ao Setor de Recursos Humanos, o qual era um exímio mecânico e um dos mais antigos na empresa.

O aprendiz foi contratado pelo prazo de dois anos, em uma jornada de seis horas diárias, conforme determinado em contrato escrito. Contudo, após seis meses de labor, a empresa optou por rescindir o contrato, já que considerou insuficiente o desempenho de Pedrinho, conforme documentalmente demonstrado, em comparação aos outros aprendizes da empresa.

Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa, em razão da rescisão antecipada, deverá indenizar o aprendiz em metade do que ele teria direito até o termo final do contrato.
- b) A empresa poderá extinguir o contrato antecipadamente no caso de desempenho insuficiente, e sem que seja devida qualquer indenização.
- c) O contrato do aprendiz deverá ser convertido em contrato por prazo indeterminado, já que a jornada legal admitida para o aprendiz é de 04 horas diárias.
- d) O contrato do aprendiz não pode ser rescindido antecipadamente, sob a mera justificativa de desempenho insuficiente.

Questão 72

Ronaldão trabalha em um grande Posto de Gasolina em Juazeiro do Norte, exercendo a função de frentista, o que consistia no abastecimento de veículos no período de sua jornada de trabalho, das 8h às 17h.

Em sede de acordo coletivo de trabalho, pactuou-se o pagamento do adicional de periculosidade no importe de 20% do salário contratual, o que fez o empregado questionar o tipo de adicional, bem como o seu percentual perante o Setor de Recursos Humanos.

Acerca da situação fática apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) O empregado possui direito ao adicional de periculosidade e no valor correspondente a 40% sobre o salário-mínimo.
- b) O empregado possui direito ao adicional de periculosidade no percentual de 20% do salário contratual, já que o acordo coletivo se sobrepõe a lei.
- c) O empregado teria direito ao adicional de periculosidade no percentual de 30% do salário-mínimo, sendo autorizada a redução do adicional apenas por convenção coletiva de trabalho.
- d) O empregado teria direito ao adicional de periculosidade no percentual de 30% do salário contratual, sendo vedada a redução do adicional por negociação coletiva de trabalho.

Questão 73

Gilmar dos Anjos foi contratado para trabalhar na Fazenda Palmares, interior de São Paulo/SP, a qual explorava a atividade agropecuária, percebendo remuneração mensal no importe de R\$2.000,00.

No ato da contratação, Gilmar foi informado que o seu labor ocorreria das 14 às 22 horas, sem direito a qualquer adicional noturno, e a moradia fornecida pela Fazenda aos empregados implicaria em um desconto na razão de 40% do salário contratual, conforme expressamente pactuado.

Acerca dos direitos trabalhistas de Gilmar, assinale a afirmativa correta.

- a) Gilmar não tem direito ao recebimento de adicional noturno, vez que se considera como noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte; e o desconto efetuado pela empresa, torna-se correto, quando implicar no fornecimento de moradia ao empregado, como salário utilidade.
- b) Gilmar tem direito ao recebimento de adicional noturno, já que no ramo da pecuária considera-se como noturno o trabalho executado entre as 20 horas de um dia e as 4 horas do dia seguinte; e torna-se equivocado o desconto da moradia, já que é autorizado até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o salário-mínimo.
- c) Gilmar não tem direito ao recebimento de adicional noturno, vez que se considera como noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte; e torna-se equivocado o desconto da moradia, já que é autorizado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário-mínimo.
- d) Gilmar não faz jus ao recebimento de adicional noturno, já que não é garantido aos trabalhadores rurais; e o desconto efetuado pela empresa, torna-se correto, quando implicar no fornecimento de moradia ao empregado, como salário utilidade.

Questão 74

José Alfredo, empregado da empresa "X", em pleno dia de folga, avista o seu superior hierárquico, na manifestação de 07/09 em São Paulo/SP. Inconformado, o empregado aproximou-se para ofendê-lo, em razão das suas demonstrações de preferências políticas, estas avessas às do empregado.

Diante dessa situação, e considerando que o caso teve grande repercussão na empresa, assinale a alternativa correta.

- a) O superior hierárquico nada poderá fazer, já que as ofensas aconteceram fora do ambiente laboral.
- b) José Alfredo poderá ter o seu contrato de trabalho rescindido indiretamente.
- c) O superior hierárquico nada poderá fazer, considerando a liberdade de expressão assegurada constitucionalmente.
- d) José Alfredo poderá ser dispensado por justa causa, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Questão 75

André trabalha no Banco “X”, e quando na saída da empresa, a porta giratória do banco o prensou, implicando em lesão grave da medula espinhal. Nesta situação, o empregado foi afastado, o que culminou na sua aposentadoria por invalidez.

Diante do exposto, acerca do tema, aposentadoria por invalidez, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de trabalho será extinto, o que implicará em liberação dos depósitos do FGTS e a manutenção do plano de saúde por todo período.
- b) O contrato de trabalho será suspenso, o que não garantirá a liberação dos depósitos do FGTS, enquanto perdurar essa situação.
- c) O contrato de trabalho será interrompido, o que não garantirá a liberação dos depósitos do FGTS, enquanto perdurar essa situação.
- d) O contrato de trabalho será suspenso, o que possibilitará a liberação dos depósitos do FGTS e a manutenção do plano de saúde por todo período.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Osvaldo é viajante comercial, e foi contratado pela empresa “X”, localizada em Fortaleza/CE. Contudo, após cinco anos de prestação de serviço, Osvaldo pediu demissão e ingressou com Reclamação Trabalhista, distribuída para a 1ª Vara do Trabalho de Fortaleza/CE, apesar de residir atualmente em São Paulo/SP.

Contudo, a empresa apresentou exceção de incompetência territorial sob a alegação de que ação deveria ter sido ajuizada em Manaus/AM, local da filial da empresa e a que o reclamante estava subordinado, o que foi indeferido pelo magistrado.

Acerca das regras de competência territorial, assinale a alternativa correta.

- a) Osvaldo agiu de forma equivocada, já que deveria, obrigatoriamente, ajuizar a ação no local de seu atual domicílio.
- b) Osvaldo agiu de forma acertada, já que poderia ajuizar a ação no local onde foi contratado ou em qualquer local onde tenha prestado serviços como viajante comercial.
- c) Osvaldo agiu de forma acertada, já que somente poderia ajuizar a ação no local onde ocorreu a pactuação de seu contrato de trabalho.
- d) Osvaldo agiu de forma equivocada, já que deveria ajuizar a ação perante o juízo de Manaus/AM, tendo em vista ser o local da filial da reclamada e a que estava subordinado.

Questão 77

Dr. Juliano atrasou-se para uma grande audiência trabalhista, a qual estava representando Xuxa Meneguel, em sede de uma ação trabalhista proposta perante a Emissora “Plim Plim” Ltda.

Tendo ciência de que a audiência foi realizada, sem que o magistrado concedesse qualquer tempo extra para o comparecimento do advogado, houve por parte do advogado a manifestação nos autos acerca do ocorrido, sob alegação de ilegalidade, assinale a alternativa correta.

- a) O magistrado agiu de forma equivocada, já que deveria aguardar até 15 (quinze) minutos após a hora marcada, quando poderia dar seguimento a audiência.
- b) O magistrado agiu de forma acertada, já que inexistente previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte ou advogado na audiência.
- c) O magistrado agiu de forma equivocada, já que deveria aguardar até 30 (trinta) minutos após a hora marcada, quando poderia dar seguimento a audiência.
- d) O magistrado agiu de forma equivocada, já que deveria encerrar a audiência para fins de designá-la em nova data, quando a parte estivesse com outro advogado constituído.

Questão 78

Em sede de liquidação trabalhista, a sentença de liquidação estava fundada em ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesta situação, torna-se possível a impugnação por meio de

- a) Recurso Ordinário.
- b) Recurso de Revista.
- c) Agravo de Petição.
- d) Embargos à Execução.

Questão 79

A empresa “XPTO” está sendo executada em determinada Reclamação Trabalhista, proposta pelo antigo porteiro da empresa, Sr. Ariclens. Nesta situação, a empresa pretende apresentar embargos à execução para fins de desconstituir determinados atos, tidos por ilegais.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) As custas processuais deverão ser recolhidas pelo exequente no ato da apresentação dos embargos à execução.
- b) As custas processuais deverão ser recolhidas pelo executado no prazo de apresentação dos embargos à execução.
- c) As custas processuais deverão ser recolhidas pelo executado apenas ao final.
- d) Não há necessidade de recolhimento das custas processuais em sede de execução, mas tão somente que se garanta o juízo.

Questão 80

Clarice Amorosa foi empregadora doméstica de Vilma e, durante o pacto laboral, concedeu um empréstimo à empregada, no importe de R\$ 5.500,00 para fins de que a empregada pudesse arcar com os valores decorrentes da festa de 15 anos de sua filha. Contudo, cinco meses após o empréstimo, Clarice foi dispensada e propôs Reclamação Trabalhista em face de sua ex-empregadora.

O magistrado acolheu todos os pleitos da empregada e, agora, em sede recursal, Vilma pretende alegar a compensação de valores dos débitos trabalhistas para com o empréstimo realizado à empregada.

Diante da situação apresentada, é correto afirmar.

- a) A tese recursal poderá ser acolhida, tendo em vista se tratar de matéria de ordem pública, alegável em qualquer momento e instância.
- b) A fase processual em que foi alegada a compensação não é adequada, já que o momento oportuno para a arguição da compensação limita-se a defesa.
- c) A fase processual em que foi alegada a compensação não é adequada, já que quando não realizada em defesa e, agora, somente poderá ser feita em sede de execução.
- d) A fase processual em que foi alegada a compensação foi adequada, tendo em vista que a referida matéria poderá ser arguida a qualquer momento pela ré.



Estratégia
OAB

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!



[ASSINE: Estratégia Questões:](#)
<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

Estratégia
OAB